

## QUESTÕES OBJETIVAS – GABARITO **Prova Tipo 1**

### QUESTÃO nº. 1:

A empregada de Sonia de Moura Ribeiro, Presidente do sindicato que representa os empregados contratados por seu empregador, foi demitida por colar um cartaz em local proibido conforme circular interna da empresa com quem mantém contrato de trabalho. O empregador afastou a empregada e, após trinta e cinco dias do fato por ele considerado grave, ajuizou o inquérito para apuração de falta grave na Justiça do Trabalho. Observando o enunciado da questão pode-se afirmar que:

(A) A empregada cometeu um ato de insubordinação, porém é evidente que o empregador não exerceu o seu direito de despedir a empregada através da ação de inquérito, ante a decadência do prazo para a propositura do inquérito, podendo ser determinada a reintegração da empregada de acordo com a legislação vigente e da jurisprudência sumulada do TST;

(B) A empregada cometeu um ato de indisciplina, porém é evidente que o empregador não exerceu o seu direito de despedir a empregada através da ação de inquérito, ante a intempestividade do prazo para a propositura do inquérito, podendo ser determinada a reintegração da empregada de acordo com a legislação vigente e da jurisprudência sumulada do TST;

(C) A empregada cometeu um ato de indisciplina, porém é evidente que o empregador não exerceu o seu direito de despedir a empregada através da ação de inquérito, ante



a decadência do prazo para a propositura do inquérito, podendo ser determinada a readmissão da empregada de acordo com a legislação vigente e da jurisprudência sumulada do TST;

→ (D) A empregada cometeu um ato de indisciplina, porém é evidente que o empregador não exerceu o seu direito de despedir a empregada através da ação de inquérito, ante a decadência do prazo para a propositura do inquérito, podendo ser determinada a reintegração da empregada de acordo com a legislação vigente e da jurisprudência sumulada do TST.

**Resposta: Letra D.**

#### **QUESTÃO nº. 2:**

Rita mora há nove anos em um pequeno município do Rio de Janeiro. Nos últimos oito anos, Rita adotou providências com o intuito de manter limpo o terreno situado ao lado da sua residência, contratando, com frequência, os serviços de Carlos André a quem destina a tarefa de roçar o mato, evitando a indesejada presença de animais e de pessoas que objetivavam se esconder no terreno para cometer delitos ou para se ocultarem do cometimento prévio de crimes.

É certo que o terreno está registrado em nome de Caio, que reside em Manaus. Diante da atitude de Rita que, ao perceber que o mato estava alto, sempre solicitava a Carlos André o corte do mato e a limpeza imediata do terreno, podemos afirmar que Rita:

(A) é possuidora do terreno, podendo inclusive usucapir o imóvel;

(B) é possuidora direta do terreno, não podendo usucapir, por falta de ânimo de dono;  
(C) não está exercendo a posse do terreno, mas Amarildo está;

→ (D) tem no máximo a detenção eventual do terreno, não podendo ser considerada possuidora.

**Resposta: Letra D.**

### QUESTÃO nº. 3:

TÍCIO estava no interior de um bar. Lá também se encontrava MÉVIO, que passou a provocá-lo sem razão aparente. Em dado momento, MÉVIO aproximou-se, sacou uma arma de fogo e desferiu um golpe com a coronha na cabeça de TÍCIO, que poderia ter deixado o local, fugindo, porque encontrava-se próximo à saída, mas optou, em fração de segundos, por reagir, golpeando o agressor com um pedaço de madeira encontrada ao acaso e naquele instante sob o balcão, produzindo em MÉVIO lesão corporal de natureza leve. Assinale a resposta correta:

(A) TÍCIO agiu em legítima defesa putativa;

(B) TÍCIO estava obrigado a fugir, evitando a reação e, conseqüentemente, o resultado, a que responderá;

(C) TÍCIO excedeu-se no uso dos meios necessários a repelir a agressão com um pedaço de madeira e responderá pelo excesso doloso;

→ (D) TÍCIO agiu em legítima defesa, mesmo optando pela reação.

**Resposta: Letra D.**



**QUESTÃO nº. 4:**

É correto afirmar que

(A) salvo no regime da separação, os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e rendimentos, para o sustento da família e a educação dos filhos.

(B) as causas suspensivas do casamento podem ser opostas por qualquer pessoa.

→ (C) São excluídos da comunhão parcial de bens os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.

(D) é obrigatório que se adote o regime da separação de bens, caso se contraia matrimônio com inobservância das cláusulas de impedimento da celebração do casamento.

**Resposta: Letra C.**